

POR UM NOVO ESTADO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Advogado, professor universitário e membro do
Conselho Estadual de Cultura*

Ao contrário do que ensinou Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, o corpo político que se chama Estado quando passivo, soberano quando ativo e poder quando comparado com os semelhantes, não possui poderes ilimitados, apenas subordinados à ditadura de vontade geral. De qualquer modo, assume um extenso rol de competências, todas necessárias à boa disciplina da vida social, mas sempre limitado pelos fins éticos de convivência. Já Montesquieu revelava essa preocupação, referindo-se à necessidade de controlar eficazmente o exercício do poder.

Não se pode deixar de considerar seriamente a presença do Estado nos dias que correm. O assunto é delicado. Se, por um lado, é oportuno o momento para refletir sobre a posição do Estado, por outro lado, é imperativo revigorar o primado da lei, da ordem e da justiça. Na verdade, não se deseja que sejam conflitantes os dois lados. Muito ao contrário.

Existe um forte sentimento na sociedade brasileira de que o Estado está perdendo substância moral, tornando-se progressivamente ineficaz. Disso resulta que o correto conceito do primado da lei e da ordem, no presente caos, é confundido com os ainda renitentes resquícios do autoritarismo. É bom lembrar que o autoritarismo é entendido aqui à luz da análise política de Hayek. O pensador austríaco, tido pelo lúcido José Guilherme Merquior como profeta maior do neoliberalismo, entende que democracia e liberalismo não são a mesma coisa. A primeira preocupa-se com quem detém o poder; o segundo com a extensão desse mesmo poder. E explica melhor a diferença mostrando que o oposto do liberalismo é o totalitarismo, e o oposto da democracia é o autoritarismo. Assim, conclui Hayek que é possível, ao menos em princípio, que um

governo democrático seja totalitário e que um governo autoritário aja segundo princípios liberais.

Essas noções são importantes - ainda que neste artigo não caiba entrar no cerne da discussão teórica - para uma justa avaliação da hodierna extensão do poder do Estado brasileiro.

O Estado cresceu com a volúpia do verdadeiro leviatã hobesiano, dominando a sociedade a ponto mesmo de sufocá-la. Os indivíduos perderam rapidamente oxigênio próprio, invadidos no sacrário de sua privacidade, e já hoje respiram o rarefeito ar do Estado poluído. Os grupos intermédios, empresariais ou não, sentem-se constrangidos a uma vassalagem infecunda para a sua destinação. E a famosa sociedade civil, com isso, é apenas um arremedo de sua verdadeira força moral, adormecida que está pelo massacre a que é submetida pelo desproporcional aumento dos poderes estatais.

O cenário sombrio e degradante, tem outra característica ainda mais assustadora. É que esse Estado assim hipertrofiado, na medida em que abocanhou pedaços, deteriorou-se velozmente. É agora um monstro gordo, em adiantado estágio de putrefação. Não dando conta das suas funções mais elementares, começou a esclerosar-se em várias frentes. Daí para se transformar em agente corrupto e corruptor foi um só passo. E nada mais lógico do que esse resultado. Tornando-se cartorial em progressão geométrica, a sua máquina, engasgando no essencial, ficou inteiramente paralisada no resto. E o resto é muito. É mesmo muito mais do que o essencial. Por isso, para funcionar reclama desvelos caros dos interessados. Estes por sua vez, dependendo da máquina, submetem-se ao seu estilo andrajoso e faminto.

A crise fica ainda mais dramática porque o gigantismo do Estado provoca uma redução sensível na capacidade para absorver toda a clientela. Esta clientela passa a ser altamente selecionada.

São poucos, pois, os beneficiários, deixando a descoberto segmentos ampliados da sociedade, assim os pobres e os sofredores membros da classe média. Cai por terra o primado da justiça. E é aqui que começa a aparecer a infecção incontrolável.

Já o velho Políbio ensinava que quando a água alcança a classe média, deve ser imediatamente ligado o sinal de alerta. Rompido o padrão de vida da classe média urbana, proletarizado o profissional liberal, o funcionário público, o modesto empregado da cidade, o pensionista, o aposentado, as alternativas para a manutenção do sistema de privilégios acobertado pelo Estado (a clientela selecionada), começam a ficar mínimas. E é assim porque a classe média vai engrossar com sua força política os extratos de baixa renda, os quais, já então em verdadeira cascata, passam aos níveis inadmissíveis da miséria, da indigência. Nesse passo aparecem pontos de ruptura impossíveis de serem socorridos a tempo. O Estado revela a sua fragilidade estrutural, ficando completamente nu.

A terrificante consequência desse patamar é a indisciplina social, a desobediência às regras mais elementares de convivência, a exaltação dos ânimos, a violência gratuita e, por conseguinte, o esfacelamento da ordem e a certeza da impunidade generalizada. O governo, agente do Estado, já não consegue nenhuma resposta a qualquer das suas iniciativas. Temos, então, o desrespeito à lei, a qual já não é mais uma ordem da razão, como professou Santo Tomás de Aquino, mas tão-somente, uma emanção formal do Estado. E os sinais de trânsito tão desobedecidos, as posturas urbanas violadas, as escolas baixam o padrão de ensino, o sistema de saúde é precário, a qualidade da vida, enfim, passa para o vermelho. Não há sociedade que agüente permanecer muito tempo em tal situação.

Diante desse coma profundo do Estado a sociedade sente necessidade de buscar novos caminhos. Quer não a mera liderança

política, mas a liderança moral. Para esse efeito dois remédios são de aplicação urgente.

O primeiro remédio é refrescar as idéias, dando ensancha aos líderes que tenham a coragem de empreender mudanças, restabelecer a ordem (insisto sempre, ordem de seres racionais e livres), trabalhar sem descanso, governando as pequenas e grandes tarefas a seu encargo e, principalmente, que tenham a coragem de libertar a sociedade dos grilhões rousseauianos do Estado hobesiano. E são esses líderes que vão devolver à sociedade o seu poder criativo, eliminando a plethora de órgãos, portarias e atos normativos que infernizam a vida do cidadão; que vão devolver a respeitabilidade do poder público.

O segundo remédio é resgatar sem perda de tempo a credibilidade do governo. E para isso, o único caminho possível é procurar novos aliados, substituindo-se a crença no poder ilimitado do gabinete e do tecnocrata, pela crença na participação da sociedade. É hora de distribuir sacrifícios e responsabilidades, criar motivações, e restaurar o sentido de obra, de comunidade de destino, sem o que nenhum poder se legitima. A engenharia social das elites fracassou. O mecanismo disponível da democracia representativa é o das eleições gerais e diretas em todos os níveis, a começar pelas capitais, algumas verdadeiras megalópoles, governadas sem a legitimidade do voto popular. O governo que não nasce do povo fenece na mediocridade.

Se o momento é de emergência, não o é de desânimo. Diferente da imagem de Corneille, o combate não cessará por falta de combatentes. E são muitos, felizmente, os que estão dispostos a realizar a missão cívica. Como ensina a máxima do direito público na antiga Roma, "salus populi suprema lex est" (que a salvação do povo seja a suprema lei).